

Muito salário por nada

MARIANA RAMOS

DA EQUIPE DO CORREIO

Às vésperas de receber uma lista do total de novos funcionários que precisarão ser contratados por ministérios do governo, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento revelou um número espantoso: atualmente há cerca de 2.000 funcionários públicos que não têm mais função em suas repartições e continuam recebendo salários. O prejuízo ultrapassa R\$ 54 milhões por ano.

A maior parte desses trabalhadores pertencia ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), extinto em junho de 2001, dando lugar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O problema é que o DNER tinha um quadro com 3.708 funcionários e o DNIT absorveu apenas 2.400 deles. De acordo com a Lei 8.112, que rege os servidores públicos, esses trabalhadores não podem ser demitidos, o que acaba criando situações como essas. Além do 1.308 servidores do DNER, outros cerca de 700 de outros órgãos estão na mesma situação.

Hoje termina também o prazo para os ministérios entregarem uma lista com o número de funcionários que poderão ser colocados em disponibilidade. Até o fim do ano, a Secretaria de Recursos Humanos pretende criar normas que possibilitem que servidores nessa situação sejam aproveitados em outras autarquias.

O remanejamento de servidores é promessa antiga do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quando assumiu a pasta do Planejamento, o ministro Guido Mantega afirmou que pediria aos órgãos um levantamento do pessoal existente e da necessidade de contratar novas pessoas. Esse trabalho começa a dar seus primeiros resultados.

O aproveitamento dos servi-

Adauto Cruz



LUÍZ CLÁUDIO CUSTÓDIO, FUNCIONÁRIO DISPONIBILIZADO PELO DNER: "NÓS QUEREMOS TRABALHAR"

dores que estão parados é prioridade para o Ministério do Planejamento. "Essa situação aconteceu por uma falta de planejamento do governo anterior", alfineta o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luís Fernando Silva.

Os servidores que estão parados também aguardam ansiosamente para serem realocados. De acordo com o artigo 41 da Constituição, quando o órgão onde um funcionário público é extinto ele é colocado à disposição do Ministério do

Planejamento e passa a receber proporcionalmente ao tempo de serviço prestado até que seja realocado. Os funcionários do DNER continuam recebendo o salário integral porque o órgão só será extinto oficialmente em agosto. A partir de então, seus vencimentos serão reduzidos.

"Temos que aproveitar esses servidores antes de mais nada",

afirma Silva. Ele diz que pretende remanejar o pessoal do DNER ainda neste semestre. "Pego um servidor que já tem a capacitação e já conhece o serviço público e além disso resolvo o problema de ele estar recebendo sem trabalhar."

Os sindicatos e associações dos funcionários públicos estão participando de várias reuniões com o governo para resolver a situação, mas têm algumas reivindicações. "Queremos que nossos colegas do DNER sejam lotados no Ministério dos Transportes, nas agências que regulam a área ou no DNIT", afirma Paulo de Moura, diretor da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef).

O secretário aponta para outra solução. "Tem a Procuradoria Geral Federal, que é um órgão público novo que está sendo estruturado. Os servidores seriam perfeitamente acomodados lá."

A preocupação dos funcionários dispensados pelo DNER po-



Acácio Pinheiro 17.03.03

GESTÃO

"TEMOS QUE APROVEITAR ESSES SERVIDORES ANTES DE MAIS NADA"

Luís Fernando Silva, secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento

de ser traduzida pelo servidor Luiz Claudio Custódio, de 52 anos, desde 1982 no órgão. Mesmo sem função, ele e outros colegas continuam indo ao antigo local de trabalho. "Nós queremos trabalhar. Vamos à repartição todos os dias para não ficarmos de fora do círculo.", diz. Custódio afirma ainda que assina folha de ponto todos os dias. "Os antigos funcionários são responsáveis por fazer o inventário do DNER até o dia 12 de agosto, quando o departamento será extinto."

O governo nega a versão de Luiz Cláudio. "Eles não podem assinar nada, se responsabilizar por nada", explica o secretário Luiz Fernando Silva. "Alguns servidores estão indo para não perderem as negociações de novos cargos", diz Silva. Apenas alguns funcionários fazem o inventário. São os das comissões de inventário da sede ou dos antigos Distritos Rodoviários Federais.